

## ASPECTOS GERAIS

- Instituição **permanente** incumbida da **defesa**:
  - Da ordem jurídica
  - Do regime democrático
  - Dos interesses sociais e individuais indisponíveis
- É autônomo e **independente**  
Não pertence a nenhum dos três poderes

Autonomias {  
Funcional  
Administrativa  
Orçamentário-financeira

## ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

- Com base em **leis complementares** federal (MPU) e estaduais (MPEs)

Iniciativa concorrente:  
presidente da  
república + PGR

Iniciativa concorrente:  
Governador + PGJ

- + Lei (ordinária) federal de normas gerais sobre organização dos MPEs

### MPU (Ministério Público da União)

- = MPF (federal)
- + MPT (do trabalho)
- + MPM (militar)
- + MPDFT (do DF e territórios)

→ Não é estadual, mas organizado e mantido pela União!

*funções essenciais à justiça*  
**= MINISTÉRIO PÚBLICO =**

## PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MP

- Unidade:**
  - O MP deve ser considerado um **único órgão** sob direção de uma pessoa (procurador-geral)
  - Está **organicamente dividido**
  - Aplica-se dentro de **cada MP**
- Indivisibilidade**
  - Integrantes do MP **podem substituir-se** ao longo dos processos  
→ Eles **não** estão **vinculados** a um processo
- Independência funcional:**
  - Acepções:
    - Externa/orgânica → MP como um todo  
→ MP não está sujeito a qualquer interferência de outro órgão/poder
    - Interna → cada membro individualmente  
→ Os membros vinculam-se apenas a:
      - Ordenamento jurídico
      - Sua própria convicção

### PRINCÍPIO DO "PROMOTOR NATURAL"

- A **designação** de um membro do MP para atuar em um processo deve obedecer:
  - Regras objetivas
  - + Critérios preestabelecidos

### ⚠️ ATENÇÃO!

- Não há **hierarquia** entre MPU e MPEs
- O **PGR** só chefia o **MPU** (não os MPEs!)
- Conflitos de atribuições → resolvidos pelo **CNMP**

# funções essenciais à justiça

= MINISTÉRIO PÚBLICO =

## FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

- = Guardião da sociedade + da lei
- Principais funções: (art. 129, CF/88) (rol não exaustivo)
- Promover:
  - Ação penal pública (privativamente)
  - Inquérito civil e ação civil pública
    - proteção de { Patrimônio público/social  
Meio ambiente  
Interesses difusos e coletivos
  - ADI ou representação para intervenção (união/estados)
- Exercer o controle externo da atividade policial (na forma da lei complementar)
- Requisitar:
  - Diligências investigatórias
  - Instauração de inquérito policial
- Defender judicialmente os direitos indígenas
- Outras que lhe forem conferidas
- ↳ Vedadas { Representação judicial  
Consultoria jurídica } de entidades públicas

## INGRESSO

- Concurso público de provas e títulos com a participação da OAB. (em todas as fases)
- Exige-se:
  - Bacharelado em direito
  - 3 anos de atividade jurídica (Na inscrição definitiva)

A partir de 2016

## GARANTIAS FUNCIONAIS

### VITALICIEDADE

- Adquirida após 2 anos de exercício
- Só perde o cargo por sentença judicial transitada em julgado

### INAMOVIBILIDADE

- Só pode ser removido de ofício por interesse público (decisão de órgão colegiado, com ampla defesa) (maioria absoluta) ou como sanção administrativa do CNMP

### IRREDUTIBILIDADE DO SUBSÍDIO (NOMINAL)

## VEDAÇÕES

- Receber { percentagens  
honorários  
custas } processuais
- Exercer:
  - Advocacia
  - Atividade político-partidária
  - Outra função pública (salvo magistério)
- Participar de sociedade comercial (na forma da lei)
- Receber auxílios/contribuições de pessoas físicas ou entidades públicas/privadas

# funções essenciais à justiça = MINISTÉRIO PÚBLICO =

## CHEFIA DO MP

### PGR

- Chefia do MPU (Dentre integrantes da carreira) *Não há tríplice!*
- Nomeado pelo Presidente da República após aprovação da maioria absoluta do Senado
- > 35 anos *Sem limite de número*
- Mandato = 2 anos + permitida a recondução
- Pode ser destituído pelo presidente da república com autorização da maioria absoluta do Senado

### PGJ

- Chefia do MPEs e MPDFT (Dentre integrantes da carreira) *Formam lista tríplice!*
- Nomeado pelo chefe do Executivo *Não há participação do Poder Legislativo*
- Mandato = 2 anos + uma recondução (única!)
- Pode ser destituído pelo chefe do executivo *Com autorização da maioria absoluta:*
  - { MPEs → da Assembleia Legislativa
  - { MPDFT → do Senado Federal

## MP JUNTO ÀS CORTES DE CONTAS

(há simetria!)

- MP junto ao TCU
  - Integra a própria estrutura do TCU (não pertence ao MPU)
  - Lei que regulamenta sua estrutura = iniciativa do TCU
  - Atua exclusivamente na área de competência do TCU
- MP junto aos TCEs
  - Integra a própria estrutura do TCE (não pertence ao MPE)
  - Lei que regulamenta sua estrutura = iniciativa do TCE
  - Atua exclusivamente na área de competência do TCE

## ASPECTOS GERAIS

- Criado pela **EC 45/2004** ↖ Não integra o MP!
- Órgão de **controle externo** do MP
  - Controle da atuação do MP { Administrativa Financeira
  - Cumprimento dos **deveres institucionais** de seus membros
- Tem atuação em todo o território **nacional**

## COMPOSIÇÃO

- São **14** membros
- Não há idade mínima/máxima
- Mandato **= 2 anos**
  - + uma **recondução** (única)
- Nomeados pelo Presidente da República
  - Após aprovação da maioria absoluta do Senado
- Membros:
  1. PGR (presidente)
  2. 4 membros do MPU } um deles será o
  3. 3 membros dos MPEs } corregedor nacional
  4. 2 juízes (1 pelo STF, 1 pelo STJ)
  5. 2 advogados (indicados pelo C.F. OAB)
  6. 2 cidadão (1 pela Câmara, 1 pelo Senado)
    - De notável saber jurídico e reputação ilibada

Os membros do CNMP são processados e  julgados , nos  crimes de responsabilidade  pelo  Senado  Federal

## COMPETÊNCIAS

(principais)

1. Zelar pela autonomia { Administrativa Funcional do MP
  - Podendo:
    - Expedir atos regulamentares
    - Recomendar providências
2. Zelar pela observância do **art. 37**
  - + apreciar legalidade dos **atos administrativos**
    - Podendo:
      - Revê-los
      - Desconstituí-los
      - Fixar prazos para providências
3. Receber/conhecer das reclamações contra { Membros Órgãos do MP
  - Podendo:
    - Avocar processos disciplinares
    - Aplicar sanções administrativas
4. **Rever**, de ofício ou por provocação os **processos disciplinares** de membros do MP julgados há **menos de um ano**
  - **PEGADINHA!** Bancas adoram trocar por "mais de um ano!"
5. Elaborar relatório anual
  - Propondo providências

*funções essenciais à justiça*  
**= CNMP =**

# funções essenciais À JUSTIÇA

= ADVOCACIA PÚBLICA =

## ASPECTOS GERAIS

- Responsável pela **defesa jurídica** dos entes federativos
- Integra o **poder executivo**

## TAREFAS PRINCIPAIS (AGU)

1. Representar a união { Judicial e Extrajudicialmente
  - Decorre de lei → dispensa instrumento de mandato
  - Não impede que o estado constitua mandatário *ad judicia* para causas específicas
2. Realizar { Consultoria Assessoramento } jurídicos do **poder executivo** (nos termos de lei complementar)
  - Ingresso na AGU → concurso público de provas e títulos
  - Advogado-geral da união:
    - Livre nomeação do Presidente da República
    - Cidadãos maiores de **35 anos**
    - Notável saber jurídico
    - Reputação ilibada

→ Não é necessária a aprovação do Senado

## ESTADOS E DF

Remuneração por subsídio

- Por **procuradores** dos estados/DF
- Ingresso: concurso público de provas e títulos com a participação da **OAB**.  
(em todas as fases)
- É **inconstitucional** a criação de procuradorias **autárquicas**

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Única das funções essenciais à justiça que há no âmbito **municipal**  
(procuradorias municipais)
- Execução da **dívida ativa tributária** da união: sua representação será pela procuradoria geral da fazenda nacional

- Promotores + Procuradores da república → Membros do MP
- Procuradores estaduais e federais + Advogados da união + Procuradores da fazenda nacional → "advogados públicos"

## ASPECTOS GERAIS

Direitos  
individuais e  
coletivos

- Presta assistência jurídica { Integral e Gratuita
- aos que comprovarem **insuficiência** de recursos
- Competência para legislar sobre { Assistência jurídica Defensoria pública é **concorrente** (união + estados/DF)
- Desde a EC 69/2012, a DP do **DF** passou a ser organizada e mantida pelo próprio DF (antes, era pela união)

## OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Os **honorários advocatícios** não são devidos quando a DP atua contra a PJ de direito público à qual pertence (em defesa dos hipossuficientes)
- A DP tem **iniciativa** de sua **proposta orçamentária**. (dentro dos limites da L.D.O.)
- É **inconstitucional** a norma estadual que **vincule a DP** estadual a alguma **secretaria** de estado (viola sua autonomia)

# funções essenciais à justiça = DEFENSORIA PÚBLICA =

## NOVIDADES COM A EC 80/2014:

- Tornou-se uma **estrutura permanente**
- Defenderá os necessitados na esfera **judicial** ou **extrajudicial**
- Princípios institucionais:
  - Unidade
  - Indivisibilidade
  - Independência funcional
- Regras de organização da magistratura serão aplicadas no que couber
- Ganhou mais **autonomia** (iniciativas privativas de lei de sua organização)

## MEMBROS DA DP

- **Ingresso**: concursos público de { Provas e Títulos
- Remuneração por **subsídio**
- **Não** podem exercer **advocacia** fora das atribuições institucionais
- Têm garantia da **inamovibilidade**, mas **não** de **vitalidade**

# funções essenciais À JUSTIÇA = ADVOCACIA PRIVADA =

## ASPECTOS GERAIS

- **Princípio da indispensabilidade** do advogado (não é absoluto!)

Ex.: Dispensado em *habeas corpus*  
+ ações em juizados especiais...

## ADVOGADOS

- É **inviolável** por seus atos e manifestações no exercício da profissão  
= imunidade **material**

**Não** é absoluta: o advogado pode responder pelos crimes de calúnia e desacato, ou pelos excessos que cometer;